

Um tiro contra o Imperador

José Sacchetta Ramos Mendes

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), sacchett@usp.br.

Os últimos dias do reinado de Dom Pedro II envolveram os portugueses radicados no Rio de Janeiro no debate sobre o fim da monarquia e a instituição de uma nova forma de governo. O ambiente político pós-abolição da escravatura favorecia os opositores do regime e combinava-se com o crescimento da propaganda republicana em Portugal, aproximando da discussão alguns setores da comunidade imigrante lusa. Não que entre os brasileiros o tema provocasse grande efervescência. Ao contrário, a historiografia em geral admite que a Proclamação da República foi vista com indiferença por boa parte da população e aponta que o Império vivia, na época, o seu auge de popularidade. Talvez por isso tanto os militares quanto os civis que depuseram o Imperador trataram-no com cortesia e, distinto de outros movimentos antimonárquicos, resguardou-se a integridade dos membros da Família Real até o seu embarque para o exílio na Europa.

Um único episódio de ultraje explícito a Dom Pedro II aconteceu quatro meses antes, na noite de 15 de julho de 1889, por volta das 23 horas, quando, ao sair do Theatro Sant’Anna, um dos principais da capital, o Imperador foi abordado por um jovem imigrante português ao grito de “viva a República!”. O rapaz correu em seguida para a porta do café Maison Moderne, nas proximidades, e dali disparou um tiro de revólver para o alto, assustando a pequena multidão que saía da casa de espetáculos.

Noticiado em tons graves pela imprensa governista carioca, “atentado à vida do rei”, “regicídio”, o caso assumiu proporção extraordinária. Adriano Augusto do Valle, o autor do disparo e do grito de rebeldia, tinha vinte anos de idade e emigrara de Portugal aos oito. A condição de estrangeiro e a naturalidade lusitana ressaltavam, inicialmente, mais que suas idéias políticas, o que teria levado as autoridades consulares lusas a rezear que o acontecimento “acendesse as antigas paixões ou os antigos ódios dos brasileiros contra os portugueses residentes no Brasil”¹.

¹ A correspondência da Legação Diplomática portuguesa no Rio de Janeiro com sua chancelaria em Lisboa guarda acervo significativo sobre o episódio contra o Imperador Dom Pedro II, ocorrido quatro meses antes da Proclamação da República no Brasil. É notório que a documentação de polícia e de imprensa sobre o caso não tenha sido reunida à época por autoridades brasileiras. Ofício reservado nº 10 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro, 25.07.1889; Legação Diplomática de Portugal, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8, Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Na noite fatídica, segundo o editorial assumidamente pró-republicano da *Gazeta de Notícias*, “foram transmitidos telegramas para todas as províncias do Império, para as duas Américas, para as regiões cultas da África, para todas as nações da Europa. O cabo submarino estremeceu durante horas, sentindo-se veículo de nova tão aterradora” (ibid., anexo nº5 ao ofício reservado nº10). Assim, os jornais oposicionistas buscavam, cada um a seu modo, dimensionar o fato como um gesto de irreverência juvenil, cuja reação se transformara em histeria do governo imperial e de seus aliados na Legação Diplomática portuguesa.

Qualificado como delito contra o Imperador, um caso de polícia, o evento evoluiu rapidamente para o confronto entre monarquistas e republicanos, entre as idéias de ordem e as de subversão ao regime. A imputação do atentado a um grupo político deslocava o seu foco, ou, antes, o ampliava. “A nacionalidade portuguesa não pode de modo algum ser lastimada pelo acidente de origem do jovem presumido criminoso”, escreveu a *Gazeta de Notícias*. “O desacato que sofreu o chefe de Estado (...) só pode ser levado à conta daqueles que, a todo transe, procuram indispor e vilipendiar o nosso partido”, alertou o jornal *A Republica*, porta-voz oficioso da oposição antimonarquista.

Uma ordem publicada no dia seguinte pelo chefe da 1ª Delegacia de Polícia do Município Neutro determinou que não fosse mais tolerada desobediência a “disposições legais que criminalizam e punem os gritos sediciosos, designadamente o de ‘viva a República’”². A medida proibitiva havia sido lançada dois meses antes, sem repercussão, após um ataque verbal contra o Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel. Ela mesma teria assistido a uma cena de gritaria a favor da República, na véspera do incidente em presença do Imperador (*Diário do Commercio*, 17.07.1889).

² Trechos do registro policial da ocorrência contra o imperador encontram-se no Relatório de Bernardino Ferreira da Silva, chefe de polícia da 1ª Delegacia do Município Neutro [16.07.1889], anexo nº 1 ao Ofício Reservado nº 10 citado.

O Visconde de Ouro Preto, presidente do gabinete ministerial do Império, e Candido de Oliveira, seu ministro da Justiça, informaram à diplomacia de Lisboa na Corte que Adriano Augusto do Valle, caixeiro desempregado e aparentemente inofensivo, fora instigado a cometer seu ato por dois notórios agitadores do republicanismo, recém-chegados ao Rio de Janeiro: Germano Hasslacher e João Carlos Pardal Mallet, ambos naturais do Rio Grande do Sul, formados nos cursos de Medicina e Direito, na Bahia e em Pernambuco, respectivamente. Pardal Mallet mudara-se para o Rio de Janeiro em 1888, tornando-se colaborador de diversos jornais, como a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*. O relatório da Delegacia de Polícia sobre a ocorrência, porém, não mencionava seu nome nem o de Hasslacher e indiciou apenas o imigrante português.

Entre as versões difundidas na época, Adriano Augusto do Valle só teria sido capaz de agir depois de se embriagar com absinto, bebida à qual não estaria

acostumado. Álcool e companheiros de má índole política justificariam o ato do jovem, de quem, aliás, não se conhece a palavra. Os jornais não trataram de ouvi-lo, nem divulgaram o teor do seu depoimento tomado pela polícia. Foi o próprio Dom Pedro II quem procurou minimizar publicamente a importância do ocorrido e livrar o rapaz, descartando caracterizá-lo como parte de uma trama para sua deposição: “não foi nada, foi um tiro de louco!” (Dom Pedro II apud *Gazeta de Notícias*, 22.07.1889), teria exclamado, na tentativa de encerrar o caso.

No interior da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, Duarte Nogueira Soares, diplomata responsável pela Legação de Portugal, convocou uma assembléia com o que considerava “os membros mais conspícuos da colônia, a fim de votar uma moção manifestando a mágoa de todos por tão lamentáveis fatos” (Soares, 1889). No dia 24 de julho de 1889, dezenas de pessoas se reuniram no salão principal do Real Gabinete Português de Leitura, no centro do Rio, para definir o posicionamento que a coletividade deveria assumir.

O número de portugueses presentes no encontro, “mais de três mil”, segundo foi divulgado, impediu à maioria de entrar no recinto³. Formou-se uma aglomeração barulhenta na rua Luís de Camões, em frente ao prédio novo do gabinete, inaugurado dois anos antes. Na descrição do *Diário de Notícias*, que circulava no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura figurava

“um edifício de gosto manuelino, talhado no mármore, rendilhado em delicadas fantasias da escultura, enobrecido pelas estátuas dos heróis dos séculos ilustres de Portugal, [a] erguer-se do solo desta capital e perpetuar a memória da imigração, que foi nossa compatriota, antes de ser nossa irmã” (anexo s/n^o ao ofício n^o 25).

³ Além do relato do diplomata Duarte Nogueira Soares, os diários cariocas *Gazeta de Notícias* e *Tribuna Liberal*, de 26.07.1889, e o *Jornal do Commercio* de 29.07.1889 informaram a presença de três mil pessoas reunidas na assembléia e na concentração em frente ao Real Gabinete Português de Leitura, no centro do Rio.

Com efeito, era o local apropriado para o tom solene que se imprimia ao debate.

Em seu relato sobre a realização da assembléia, Duarte Nogueira Soares escreveu que “vários portugueses dos mais antigos no Rio de Janeiro me disseram que não tinham visto aqui reunião tão luzida, pelo número e, sobretudo, pela qualidade das pessoas assistentes”. Mas o ministro reconhecia que nem todos tinham a mesma postura quanto aos fatos do dia 15 de julho contra o Imperador, nem à atitude a se tomar perante o seu autor.

Dissidência ativa contra a necessidade de a representação diplomática se posicionar sobre o atentado era instigada por Raymundo Capello, ex-cônsul de

Portugal na Bahia e no Maranhão. Durante a assembléia no Real Gabinete Português de Leitura, Capello colocou em dúvida a culpabilidade do jovem acusado. Não conseguiu convencer a maioria, nem pôde impedir que se aprovasse por aclamação um documento, escrito por Nogueira Soares, recriminando Adriano Augusto do Valle como “louco e alucinado” que “bebera as idéias subversivas, as ruins paixões ou os incentivos que lhe perverteram o senso moral ou lhe turvaram a razão” (anexo nº3 ao ofício reservado nº10). A divergência entre os portugueses foi ao auge quando o antigo cônsul em Salvador e São Luís abriu uma subscrição pública, entre os seus conterrâneos, a favor de Adriano Augusto do Valle e contra a situação que denominou “simulacro de atentado” (ibid.).

Para Duarte Nogueira Soares,

“os republicanos, temendo, e com razão, que as ocorrências do dia 15 dêem força ao partido monárquico, procuram tirar-lhe toda a importância e gravidade, alegando que fora uma farsa inventada pela polícia para justificar as medidas repressivas que o governo adotou e projeta adotar” (Soares, 1889).

Em artigo na *Gazeta de Notícias*, o redator-chefe José Ferreira de Souza Araújo – notório militante abolicionista nos anos anteriores, agora divulgador da República – atacou a reunião realizada no Real Gabinete Português de Leitura e censurou o diplomata Duarte Nogueira Soares por se posicionar a respeito de questões da comunidade emigrada: “esquecendo a sua posição de representante de Portugal e, portanto, de todos os portugueses, constituiu-se chefe de colônia ou de partido, colocando-se em antagonismo com as idéias e os sentimentos de muitos dos seus mesmos compatriotas” (Ferreira de Araújo, anexo nº1).

Grave também, para o jornalista, era a intromissão em assunto interno do Brasil, o que em sua visão bastava para demonstrar que Nogueira Soares tornara-se “parte tão íntima no acontecimento” e representava “uma Corte parente” que enfrentava, ela própria, a questão republicana em seu país. Ferreira de Araújo foi, por fim, incisivo ao dizer que o diplomata português “rasgou na praça pública as suas credenciais de representante oficial do seu país no Império do Brasil, para tornar-se cabeça de uma facção contra uma parte dos cidadãos brasileiros” (ibid.).

Joaquim Saldanha Marinho, redator da *Columna Republicana*, publicada no jornal *O Paiz*, foi outro que investiu contra a reunião no Gabinete de Leitura. Em sua opinião, o evento constituiu aberto desrespeito ao princípio do direito internacional inibidor da intervenção de diplomatas em assuntos internos dos Estados. Saldanha Marinho era presidente do Partido Republicano brasileiro. A seção do jornal em que escrevia era seu espaço de expressão política. Nele, passou a

acusar Duarte Nogueira Soares de falar indevidamente em nome dos imigrantes lusos: “(...) qual dos seus patrícios o autorizou a fazer dos portugueses residentes a famosa *muralha de bronze* defensora da monarquia?” (Marinho, anexo nº 2).

No bojo da crítica publicada em *O Paiz*, a nacionalidade de Adriano Augusto do Valle deveria ser desconsiderada. Para o jornal, um imigrante luso não se diferenciava de um nacional brasileiro. “Nós e os portugueses aqui residentes formamos como que uma só família”, argumentou o líder republicano, evocando o pressuposto laço de parentesco dos dois povos para pedir abertamente ao governo de Lisboa que destituísse Duarte Nogueira Soares de suas funções no Rio de Janeiro. A poucas semanas da Proclamação da República, Saldanha Marinho não perdeu a ocasião para divulgar a proposta de naturalizar coletivamente os estrangeiros radicados no país, diretriz que no seu entendimento reforçaria as bases nacionais do “povo brasileiro”:

“Viesse, o quanto antes, a grande naturalização e, então, irmanados plenamente, brasileiros e portugueses aqui residentes, formando um só povo, com idênticas aspirações, e a democracia nesta terra se levantaria como um gigante, esmagando para sempre os velhos preconceitos, a hipocrisia e os governos dinásticos” (ibid.).

Os termos do debate ecoaram forte para além da Corte, destacando-se a publicação de um artigo de Rangel Pestana no jornal *A Província de São Paulo*, na capital paulista, em protesto à alegada intromissão do ministro lusitano nas atividades partidárias de seus súditos no Brasil. Por um estranho caminho, o episódio de desacato ao Imperador conduziu a imigração portuguesa à berlinda do noticiário sobre estrangeiros, no momento em que sua importância numérica havia se tornado relativamente secundária. Assistia-se, então, ao auge do desembarque de italianos nos portos brasileiros, inclusive no Rio de Janeiro. No ano anterior, 1888, entraram no país cinco vezes mais imigrantes da Itália que de Portugal. Pela primeira vez na história étnico-demográfica do Brasil a nacionalidade portuguesa era largamente sobrepujada por outro grupo imigrante europeu.

Quando a poeira baixou e o noticiário sobre o desacato ao Imperador desapareceu das páginas dos jornais, o Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete ministerial do Império, fez o anúncio do desejo manifestado por Dom Pedro II de conceder comenda de honra, união e lealdade a alguns súditos portugueses residentes na sede da Corte, “para tornar evidente que aqueles acontecimentos [o atentado de 15 de julho] não alteravam os sentimentos de amizade entre os dois povos irmãos” (Soares, 1889). O ministro plenipotenciário e conselheiro Duarte Nogueira Soares foi um dos escolhidos, com destaque e notoriedade, para receber a Grã-Cruz da Ordem da Rosa das mãos do Imperador.

Quebrava-se ali um protocolo estabelecido décadas antes pelo próprio Dom Pedro II, que até então jamais havia agraciado um chefe de missão estrangeira creditado no Brasil, senão no momento de sua partida do país. O sentido do ato inédito para com o diplomata português não chegou a ser explicitado pelas autoridades do Rio de Janeiro, para além da afirmação da antiga e conhecida retórica da fraternidade luso-brasileira. A menos de quatro meses da derrocada do Império e da Proclamação da República, o gesto cerimonial do Imperador pode ser compreendido à luz da atuação de Duarte Nogueira Soares no episódio contra o último Imperador, em defesa política da monarquia no Brasil – não em seu foro diplomático, o que de fato não lhe cabia a competência, como assinalava a imprensa republicana, mas sim junto ao complexo emaranhado social que envolvia a imigração de Portugal e o regime de governo vigente nos dois países.

Fontes de arquivo

Ofício nº25 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro; Legação Diplomática de Portugal no Rio de Janeiro, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8, AHD-MNE.

Anexo s/nº: Recorte de jornal. Editorial “Gabinete Portuguez de Leitura” do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10.09.1889, s/nº. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Ofício reservado nº10 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro, 25.07.1889; Legação Diplomática de Portugal no Rio de Janeiro, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8. AHD-MNE.

Anexos diversos ao Ofício reservado nº10:

a) Anexo nº1a: Relatório de Bernardino Ferreira da Silva, chefe de polícia da 1ª Delegacia de Polícia do Município Neutro [16.07.1889];

b) Anexo nº1b: Recorte de jornal. Editorial “O Sr. Ministro Portuguez”, de José Ferreira de Souza Araújo, na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [28.07.1889];

c) Anexo nº2: Recorte de jornal. Editorial “A colonia portugueza, o Brazil e o Sr. Ministro

de Portugal”, de João Saldanha Marinho, publicado na “Columna Republicana” em *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28.07.1889;

d) Anexo nº3: Discurso do diplomata Duarte Nogueira Soares proferido em assembléia no Real Gabinete Portuguez de Leitura, Rio de Janeiro, 24.07.1889. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25.07.1889.

e) Anexo nº5: Recorte de jornal. Editorial “Chronica da Semana” da *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [22.07.1889];

f) Anexo nº6: Carta de Raymundo Capello, ex-cônsul de Portugal em Salvador (BA) e São Luís (MA). Recorte de jornal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [26.07.1889];

g) Anexo s/nº: Recorte de jornal. *Diário do Commercio*, Rio de Janeiro, 25.07.1889.

Bibliografia

BRASIL. Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 1889/1891. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808/2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA LEITE, Joaquim da. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855/1914). *Análise Social*, Lisboa, n° 97, 1987, pp. 463-80.

HOWELL, Martha; PREVENIER, Walter. The source: the basis of our knowledge about the past. In: *From reliable sources: an introduction to historical methods*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo/ Lisboa: Hucitec/ Instituto Camões, 2001.

RESUMO

Os últimos dias do Império no Brasil envolveram os portugueses radicados no Rio de Janeiro no debate sobre o fim da monarquia e a instituição do novo regime. Um momento-chave se deu em julho de 1889, quando um jovem imigrante português abordou Dom Pedro II ao grito de “Viva a República”, disparando em seguida para o alto com uma arma. Este trabalho propõe uma narrativa do episódio a partir do noticiário dos jornais cariocas, segundo as duas visões que dividiam a imprensa da época entre republicanos e monarquistas, oposição e governo. Entre as fontes documentais consultadas na realização desta pesquisa estão textos de leis, decretos e outros atos normativos, coleções de jornais e, destacadamente, a correspondência diplomática luso-brasileira, que guarda parte significativa do material jornalístico publicado sobre o tema nas semanas seguintes ao ataque contra o Imperador.

Palavras-chave: **Império; Dom Pedro II; Imigração Portuguesa**

ABSTRACT

The last days of the Empire in Brazil plunged Portuguese citizens established in Rio de Janeiro into a debate about the end of the monarchy and the institution of the new régime. A critical moment occurred in July, 1889, when a young Portuguese immigrant approached Dom Pedro II and shouting “Long live the Republic” fired a shot into the air with his weapon. The present work intends to relate the episode drawing from the articles of Rio’s newspapers and according to the two main views taken by the press at the time – namely, Republican and Monarchist or Opposition and Government. The document sources used conducting this study include the drafts of laws, decrees and other normative statutes, newspaper collections and, more particularly, the diplomatic correspondence between Portugal and Brazil that kept a significant part of the press material published concerning the theme during the weeks following the attack on the Emperor.

Key-words: **Empire; Dom Pedro II; portuguese immigration**